

Qual o Espaço das lésbicas dentro das organizações partidárias nas eleições de 2016 em Salvador / Bahia?

Bárbara Elcimar dos Reis Alves

Orientador: Felipe Fernandes

Em 2016 o Brasil vivenciou eleições **municipais em que foram escolhidos para o poder executivo prefeitos e prefeitas e para o legislativo local vereadores e vereadoras**. O presente artigo, tem por objetivo resgatar, a partir de um olhar feminista, a participação da mulher lésbica nas esferas do poder local **focando, em qual espaço estão às mulheres lésbicas dentro destas organizações partidárias**. Em meio a uma crise política nacional, Salvador/BA teve apenas duas candidatas assumidamente lésbicas ao cargo de vereadora, Rafaela Garcez (PTN) e Larissa Moraes (PMDB), que defenderam a agenda política feminista lésbica num universo de 948 candidatos aptos, dos quais apenas 29% eram mulheres. Nenhuma das duas foi eleita. A partir da articulação entre os campos do Feminismo Lésbico e Negro com as Perspectivas Feministas da Política, o trabalho interseccionalizará os conceitos de gênero, sexualidade e poder com as dimensões da lesbofobia e do sexismo para compreender a participação e representação política de mulheres lésbicas neste espaço no município.

As reflexões que vou apresentar neste artigo fazem parte de minhas inquietações quando iniciei a pesquisa do projeto que submeter a seleção de mestrado, a partir da minha atuação nas estruturas partidárias e nos movimentos sociais feministas e lésbicos, bem como da minha aproximação e atuação como pesquisadora voluntária do GIRA/UFBA. nos estudos sobre as dinâmicas da invisibilidade da existência lésbica nas agendas e espaços de poder.

A atual conjuntura política no Brasil demonstra a dificuldade de sujeitas marcadas socialmente como mulheres, negras ou lésbicas alçarem postos de liderança e poder nos partidos políticos e nas instâncias governamentais, principalmente aquelas que apresentam projetos políticos progressistas pautados nas agendas feministas e LGBT. Embora, esteja bem no início de minhas leituras. Esse artigo traz minhas observações e reflexões a luz destas leituras e das entrevistas realizadas a duas candidatas assumidamente lésbicas como relato acima e do meu caminhar nas organizações políticas partidárias. Apresento aqui as seguintes perguntas: Onde está às lésbicas nas organizações partidárias? Qual o perfil que desperta atenção aos olheiros dos dos partidos” elegem para serem candidatas ativas e autônomas ou” laranjas ? Essas lésbicas são engajadas no ativismo social e político?

A partir das entrevistas analisadas de forma ainda embrionária percebo que o movimento LGBT neste ano avançou colocando candidatas e candidatos em todos partidos, no entanto se percebe como às lésbicas ainda de forma tinida disputa esse espaço, em quais agendas essas candidatas estão engajadas. Em momentos de perdas de direitos e de tantas violências a sujeitas fora do modelo hegemônico. Quais são esses novos sujeitos na nova configuração da política

Palavras-Chave: Gênero, Sexualidade, Política, Direitos. . Orgnaizações Partidárias Lesbofobia. Novos sujeitos

Em 2016 o Brasil vivenciou um período de eleições municipais em que foram escolhidos prefeitos e vereadores. Em meio a uma crise política nacional, Salvador/BA

teve apenas duas candidatas assumidamente lésbicas ao cargo de vereador, Rafaela Garcez (PTN/ BA) e Larissa Moraes (PMDB/BA), que defenderam a agenda política feminista lésbica num universo de 948 candidatos aptos dos quais apenas 29% eram mulheres. Nenhuma das duas foi eleita, mas Larissa Moraes alcançou mais de 6.000 votos, o que a faria, com um pouco mais, ser eleita. Após as eleições foi escolhida pelo prefeito de Salvador ACM Neto como Diretora de Habitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas (SEINFRA), dada a representatividade que galgou nas urnas. O cargo, que dialoga pouco com a agenda lésbica por ser de infraestrutura, não reflete o porquê da representatividade de Larissa Moraes que, como pré-candidata em maio de 2016, afirmou que, caso eleita, entraria no “estreito rol de vereadoras assumidamente lésbicas” (GAUTHIER, 2016). Assim, como apontou, se colocaria ao lado de políticos comprometidos com o combate à intolerância por orientação sexual nas estruturas partidárias e de poder.

O presente trabalho se propõe a uma investigação da participação das lésbicas na vida política de Salvador. Desta forma, analisa brevemente a candidatura de mulheres lésbicas a cargos eletivos no poder legislativo e executivo local. O atual cenário da política brasileira tem sido desgastante para as esquerdas e especificamente para os movimentos cujo eixo político é o gênero e a sexualidade, como é o caso do movimento lésbico. Ao mesmo tempo, também tem servido para mobilizar pessoas que desejam e defendem um mundo com justiça social em geral e maior equidade de gênero em particular. Nesse trabalho adoto o ponto de vista da participação de mulheres na política a partir de uma perspectiva interdisciplinar que articula a teoria feminista e a antropologia em suas produções sobre raça, sexualidade e lesbianidade, posicionalidade e pós-colonialidade e poder. Com base no feminismo negro, no feminismo lésbico e na antropologia feminista, pretendo analisar as dinâmicas das relações políticas e sociais a partir das intersecções entre os marcadores sociais da diferença de raça, gênero e sexualidade.

Defendo nesse trabalho a ideia de que as candidaturas assumidamente lésbicas não possuíam anteriormente ao processo eleitoral quaisquer engajamentos políticos com os movimentos sociais lésbicos e/ou LGBT. Suas candidaturas baseadas na sexualidade lésbica foram, por outro lado, construídas através de um projeto a elas apresentados por lideranças dos seus partidos políticos. Assim, as candidaturas assumidamente lésbicas não refletem o posicionamento do movimento lésbico organizado que, infelizmente, não lançou quaisquer candidaturas no supramencionado pleito.

A Chegada ao Tema de Pesquisa

Aqui venho situar o meu lugar de fala e escrita como uma militante, mulher negra, lésbica, nordestina, de camadas populares e atuante e filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT/BA), logo uma intelectual orgânica (cf. GRAMSCI, 1968). Minha atuação política no Estado da Bahia se inicia no movimento de mulheres na década de 1990, através da organização *Católicas pelo Direito de Decidir* (CDD), em um projeto nacional que tinha como objetivo intervir no estado na defesa da descriminalização do aborto. Na mesma época, atuei no coletivo de mulheres *Movimento pelo Empoderamento das Mulheres* (MOPEM) no município de Lauro de Freitas/BA, cidade que compõe a região metropolitana de Salvador/ BA. Em 2005, passei a atuar de forma orgânica no PT/BA, que na época era o único partido político com instâncias internas que dialogavam com o enfrentamento ao classismo, machismo, racismo e LGBTfobia. Por fim, até o presente, atuo no Coletivo Lesbibahia, organização que defende o empoderamento das lésbicas tanto nos níveis individual como no coletivo, e cujas pautas incluem a defesa da maior participação das mulheres lésbicas em postos de liderança e poder e o combate à lesbofobia institucional das organizações partidárias e dos poderes públicos.

Percebi uma lacuna nos estudos sobre as dinâmicas da invisibilidade da existência lésbica nas agendas e espaços de poder. Há uma extensa literatura sobre a participação de mulheres em diferentes campos, a exemplo da ciência (SOUZA, 2014, SIMÕES, 2013, FERNANDES et alli, 2016), do mundo empresarial (PISCITELLI, 2006) e, em especial, dos espaços de poder político. Marcada pela invisibilidade e por lutas no movimento lésbico, decidi etnografar as eleições de 2014 e 2016. Assim o lócus dessa pesquisa é Salvador, capital baiana. No que tange a produção de dados, acompanhei eventos de campanhas políticas (com a produção de diários de campo), entrevistei candidatas, participei de grupo de estudos sobre poder, feminismo e política e, por fim, iniciei a análise da participação das lésbicas nas esferas do poder local. Esse é o primeiro trabalho que apresento sobre a temática.

A Participação de Mulheres na Política

Segundo Crispina Gomes (2011), a análise das mulheres no poder, particularmente em Cabo Verde, é necessária para o rompimento de três padrões do patriarcado. O primeiro é a equidade democrática ou paridade, em que se prevê um

número equitativo de homens e mulheres nos parlamentos; o segundo é a representação dos pontos de vista femininos que

alargará a visão dos problemas a serem governados, melhorando a qualidade das decisões políticas e o terceiro é a emancipação, que visa a mudança da sociedade em direção à igualdade entre homens e mulheres. Para a autora, “os movimentos africanos de mulheres ocupam-se hoje do acesso da mulher às instâncias de poder, da adequação das leis às estratégias da perspectiva de gênero, da eliminação da pobreza e a consolidação da paz” (GOMES, 2011, p. 98).

Já para Marlise Matos e Marina Brito Pinheiro (2012), outro padrão encontrado nas instituições democráticas é a exclusão de metade da população nos processos políticos, o que faz com que nossa democracia seja apenas minimamente inclusiva e cidadã. Nesse sentido, compreendemos os espaços de poder político como fundados em distinções de gênero, apesar de sua abertura à promoção da igualdade. Segundo Eurídice Monteiro (2015), é apenas com o aumento dos índices de participação da mulher na política que será possível a alteração das prioridades e opções políticas feitas nos parlamentos, além de redefinir, de um ponto de vista mais geral, a noção de cidadania e poder político. Para ela,

o sistema partidário exerce uma forte influência nas relações sociais entre as mulheres, que se encontram no campo político. Mas, uma vez que compartilham interesses e perspectivas, procuram criar sinergias que superem as divergências partidárias e contribuam para a abertura de novos espaços de intensas partilhas, em articulação com as diferentes redes locais, nacionais e globais de mulheres (MONTEIRO, 2015, p. 24).

No entanto, a partir do diagnóstico de padrões do patriarcado que afetam e inferiorizam a existência de mulheres na sociedade e no mundo da política, percebi a ausência de uma análise mais contundente sobre mulheres lésbicas, uma vez que as teorias da interseccionalidade ainda não foram incorporadas em pesquisas sobre mulher e política.

O Feminismo Lésbico

O Feminismo Lésbico é uma teoria e um movimento político e cultural de perspectiva crítica que se consolida nos anos 1970. Tem como principais pautas a existência lésbica como resultado lógico do feminismo e da luta por igualdade de gênero. Segundo Sam Bourcier, o movimento se potencializa com o feminismo de segunda onda e sua reivindicação pelo direito ao corpo e ao prazer e com o movimento de libertação gay e a defesa do direito da livre orientação sexual (COSTA et al., 2015).

Entre as pensadoras e ativistas do feminismo lésbico, dialogo aqui com Adrienne Rich, Tânia Pinaffi e Jules Falquet.

Adrienne Rich (2010), importante teórica lésbica, propõe a ideia da heterossexualidade como uma instituição política que retira o poder das mulheres. Questiona o apagamento da existência lésbica no pensamento feminista e no entendimento geral das relações de gênero na sociedade e se coloca a favor do *continuum lésbico*, uma vez que, para a autora, a existência lésbica empodera as vidas de todas as mulheres. Isso porque a heterossexualidade é uma das amarras do patriarcado e a lesbianidade rompe com o tabu da heterossexualidade e seu modo compulsório de imposição. Essas amarras tornam a lesbianidade em nossas sociedades um fenômeno odiado, repulsivo e invisível (RICH, 2010).

A noção de invisibilidade lésbica de Adrienne Rich (2010) pode ser utilizada na análise da existência política das lésbicas nos partidos, uma vez que pontua efeitos diferenciais nas existências homossexuais masculinas e femininas. Percebi isso na diferença quantitativa de candidatas lésbicas e candidatos gays, sendo esses últimos em maior número nas Eleições 2016 em Salvador/BA e no Brasil. Também a partir de Rich (2010) é possível refletir sobre como a falta de privilégio econômico e cultural das mulheres lésbicas impacta na sua participação política, uma vez que a invisibilidade e o empobrecimento são barreiras na exclusão dessas sujeitas do mundo da política. Outra questão importante é a necessidade de não generalizar os sujeitos políticos da sexualidade na categoria “gay”, que numa perspectiva feminista serve ao propósito de manutenção do apagamento da existência lésbica, mantendo as experiências femininas invisibilizadas tanto no campo da maternidade, da sexualidade e também da política.

Adrienne Rich (2010) pensa a sexualidade a partir da prática da lesbianidade, que é uma necessidade teórica e política para aprofundar o conhecimento sobre identidades e lutas de gênero e sexualidade, sendo também um instrumento de resistência quando aponta que a organização política contribui para a ruptura do apagamento e silenciamento da existência lésbica, visibilizando assim o sujeito político da lesbianidade com a autoridade necessária para a intervenção na vida pública.

Tânia Pinaffi (2015), em recente obra que trata da gênese do movimento lésbico no Brasil, narra a história desse movimento a partir da trajetória do primeiro grupo organizado de mulheres lésbicas em São Paulo, o LésbicoFeminista (LF). Busca explicar e dar visibilidade às opressões e violências de gênero direcionadas às mulheres lésbicas, sinalizando a condição de dupla discriminação sofrida pelas lésbicas, por se

aproximarem do ideal da mulher universal e por serem homossexuais. Assim, evidencia os pontos de intersecção “do sujeito lésbico e feminista”, importantes para a demarcação do lugar das mulheres que compuseram o primeiro grupo lésbico organizado do nosso país.

Para esse trabalho sobre a participação de mulheres lésbicas na política formal, o estudo sobre a gênese do movimento lésbico contribui ao iluminar a necessidade das lésbicas saírem da invisibilidade política a partir da intensificação do diálogo entre o movimento LGBT e feminista. Sabemos que ambos os movimentos apresentaram tensões em sua articulação com as lésbicas que tiveram efeitos nos planos individual e coletivo. No plano individual as mulheres lésbicas se questionam se pertencem ou não ao movimento feminista e no plano coletivo existem tensões no estabelecimento de coalizões amplas na luta conjunta contra o patriarcado e o heterossexismo.

Ao abordar a militância lésbica na década de 1990, Tânia Pinaffi (2015) retrata a participação das lésbicas em eventos da militância homossexual brasileira. Afirma que foram as lésbicas que expuseram as assimetrias de gênero dentro de movimentos mistos, em que participavam homens e mulheres homossexuais, demonstrando que a participação de lésbicas na política sempre foi permeada por conflitos de autoridade que dificultaram a construção da lésbica como um sujeito político nos espaços de poder e decisão.

Por fim, Jules Falquet (2012) reflete sobre o aprofundamento vertiginoso das desigualdades de classe, raça, gênero e sexualidade imposto pelo neoliberalismo. Para ela é necessário resgatar as premissas formuladas nos anos 1970 de liberdade sexual e combate ao capitalismo, que foram abandonadas pelo feminismo na ascensão do conservadorismo desde os anos 1980. Assim, propõe a reconstrução do movimento lésbico-feminista de forma radical para a contestação da ordem sexual vigente em articulação com a luta anticapitalista. Por isso é necessário resgatar a lesbianidade enquanto um posicionamento político crítico capaz de oferecer ferramentas para a transformação social mais ampla.

Candidaturas Lésbicas nas Eleições Municipais de Salvador/BA em 2016: breve análise

No que tange a trajetória pessoal de ambas as candidatas, Rafaela Garcez é fisioterapeuta formada e atualmente faz faculdade de Engenharia Civil. Trabalhou por

10 anos no jornal Tribuna da Bahia, na área comercial, foi sócia-proprietária do Studio OnPilates e nos últimos dois anos trabalhou no Detran como funcionária pública. Já Larissa Moraes é jornalista e relatou bastante rejeição afetiva e social por conta de sua orientação sexual lésbica, principalmente por parte da família e colegas de trabalho. Afirma que depois de morar fora que viu outros modelos de respeito social das identidades LGBT. Larissa se autodenomina uma ativista social e destaca que foi através do movimento LGBT que politizou sua vivência e existência. Entretanto, conforme constatei durante o trabalho de campo para essa pesquisa, nenhuma ativista lésbica dos grupos organizados em Salvador/BA a reconhecia como “militante” antes do processo eleitoral. Já Rafaela Garcez informa que não tem histórico na militância do movimento LGBT, mas sempre esteve envolvida de alguma forma, apoiando amigos que fazem parte do movimento.

No que tange o início da vida política, Rafaela Garcez foi procurada pelo deputado federal João Carlos Bacelar do Partido Trabalhista Nacional (PTN) e, na condição de representante nacional dos líderes da legenda, convidou-a para fundar e coordenar o Núcleo LGBT do partido. Segundo ela, os líderes da legenda a consideraram “carismática e com perfil de liderança” e a chamaram para a empreitada um ano antes das eleições. Assim, Rafaela Garcez assumiu o Núcleo LGBT estadual do partido. Com tal posição, o partido lançou a sua pré-candidatura que se consolidou posteriormente como a candidatura lésbica do PTN.

No carnaval de 2015, Larissa Moraes concedeu uma entrevista ao programa Bocão News da TV Record baiana. Nessa entrevista relatou que o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) a convidou para coordenar o núcleo LGBT do partido na Bahia pois, segundo ela, consideraram seu “perfil de liderança” e sua “militância” adequados para o cargo. Posterior a esse convite, recebeu a proposta de se candidatar a vereadora pelo partido, sendo que por pouco não foi eleita. Segundo Larissa Moraes, foi nesse partido que teve “liberdade para realizar o que fosse melhor para o contexto LGBT”, embora seu primeiro partido tenha sido o Partido Verde (PV).

Como vemos há similaridade na trajetória de ambas as candidatas, ou seja, partidos sem núcleos LGBT e histórico com essa comunidade convidam pessoas LGBT para coordenarem, na estrutura dos partidos, um núcleo LGBT. Além disso, a coordenação desse núcleo foi sucedida por uma candidatura assumidamente lésbica nas Eleições Municipais de 2016.

Considerações Finais

Como vimos há uma carência na literatura feminista sobre a participação de mulheres lésbicas no poder. Nas eleições de 2016 em Salvador/BA tivemos a candidatura de apenas duas lésbicas assumidas que, em suas campanhas, apresentaram uma plataforma de valorização da sexualidade lésbica para a sociedade sotropolitana. De acordo com nossa análise, muitas candidaturas LGBT não são resultado de uma autonomia e engajamento dos movimento sociais, mas, fruto de uma trajetória individual reconhecida por “olheiros” na escolha e construção de candidaturas LGBT para seus partidos. Essas candidaturas, de grande importância simbólica para a comunidade LGBT, visibilizam gays, lésbicas e trans* nos processos eleitorais. Entretanto é necessário que sujeitas e sujeitos engajados no movimento social organizado também disponibilizem os seus nomes para essas disputas pois, assim, o fortalecimento não será da comunidade mas também do movimento social. Por fim, cabe ressaltar, a necessidade de mais análises sobre a participação de lésbicas no poder para que se qualifique essa participação na política formal e, num futuro próximo, alcancemos sucesso eleitoral.

Referências

- COSTA, Ana Alice *et al.* Uma conversa franca com MH/Sam Bourcier sobre correntes feministas e queer na contemporaneidade. *Revista Feminismos*, v. 2, n. 2/3, mai-dez, 2015.
- FALQUET, Jules. Rompendo o tabu da heterossexualidade, Acabar com a “diferença dos sexos”: contribuições do lesbianismo como movimento social e teoria política. In: *Cadernos de Crítica Feminista*, Ano VI, N. 5 – dezembro / 2012.
- FERNANDES, Felipe Bruno Martins et alli. Zahidé Machado Neto: Uma Pioneira dos Estudos sobre a Mulher na Bahia. *ACENO*, Vol. 3, N. 5, p. 108-124. jan.-jul. 2016.
- GAUTHIER, Jorge. *Jornalista lésbica foca na causa LGBT para tentar vaga como vereadora em Salvador*. 2016. Portal “Me Salte” do Correio da Bahia. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/blogs/mesalte/jornalista-lesbica-usa-bandeira-lgbt-para-tentar-vaga-como-vereadora-em-salvador/>>. Acesso em: 12 dez. 2016.
- GOMES, Crispina. *Mulher e Poder: o caso de Cabo Verde*. Praia: Instituto da Bilioteca Nacional e do Livro, 2011.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- MATOS, Marlise; PINHEIRO, Marina Brito. Dilemas do conservadorismo político e do tradicionalismo de gênero no processo eleitoral de 2010: o eleitorado brasileiro e suas

percepções. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Celi Regina Jardim; JORDÃO, Fátima (Orgs.) *Mulheres nas Eleições 2010*. São Paulo: ABPC/SPM, 2012.

MONTEIRO, Eurídice Furtado. *Entre os senhores das ilhas e as descontentes: identidade, classe e gênero na estruturação do campo político em Cabo Verde*. Praia: Edições UNICV, 2015.

PINAFFI, Tânia. *História do Movimento de Lésbicas no Brasil: lésbicas contra a invisibilidade e o preconceito*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015.

PISCITELLI, Adriana. *Jóias de família: gênero e parentesco em histórias sobre grupos empresariais brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas*, Natal, v. 4, n. 5, 2010.

SIMÕES, Luzinete. Pioneiras no Campo da Medicina: trajetórias nas interseções. FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero, 2013.

SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima e. Gênero e Ciências. *Revista Feminismos*, Salvador, v. 2, n. 3, p.79-84, 2014.